Ficam notificado todos os interessados, de que no processo supra identificado, foi proferido despacho inicial no incidente de exoneração do passivo restante em 04-03-2011.

Para exercer as funções de fiduciário foi nomeado: António Ramos Correia, Endereço: Rua Mateus Fernandes, 135, 1.º B, 6201-907 Covilhã.

Durante o período de cessão (5 anos subsequentes ao encerramento do processo de insolvência), o devedor fica obrigado a: Não ocultar ou dissimular quaisquer rendimentos que aufira, por qualquer título, e a informar o tribunal e o fiduciário sobre os seus rendimentos e património na forma e no prazo em que isso lhe seja requisitado; Exercer uma profissão remunerada, não a abandonando sem motivo legítimo, e a procurar diligentemente tal profissão quando desempregado, não recusando desrazoavelmente algum emprego para que seja apto; Entregar imediatamente ao fiduciário, quando por si recebida, a parte dos seus rendimentos objecto de cessão; Informar o tribunal e o fiduciário de qualquer mudança de domicílio ou de condições de emprego, no prazo de 10 dias após a respectiva ocorrência, bem como, quando solicitado e dentro de igual prazo, sobre as diligências realizadas para a obtenção de emprego; Não fazer quaisquer pagamentos aos credores da insolvência a não ser através do fiduciário e a não criar qualquer vantagem especial para algum desses credores.

14-03-2011. — O Juiz de Direito, *Pedro Gama da Silva.* — O Oficial de Justiça, *João Silva*.

304456794

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE ESPINHO

Anúncio n.º 3748/2011

Processo: 167/11.2TBESP — Insolvência pessoa singular (Apresentação)

N/Referência: 2488588

Insolvente: Rui Miguel Coelho Santos Silva e outro(s).
Credor: Banco Santander Totta, SA, e outro(s).

No Tribunal Judicial de Espinho, 2.º Juízo de Espinho, no dia 16-02-2011, às 12:00 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

Rui Miguel Coelho Santos Silva, estado civil: Solteiro (regime: Solteiro), NIF — 219184216, BI — 10966621, Endereço: Rua Central, n.º 145, Casa 2, Silvalde, 4500-622 Espinho;

Ana Rita Ferreira Valente Caralinda Silva, estado civil: Desconhecido, NIF — 229023983, Endereço: Rua Central n.º 145 — Casa 2, Silvalde, 4500-622 Espinho com domicílio na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Administradora da Insolvência — Dr.ª Emília Manuela, Endereço: Rua Jornal Correio da Feira, n.º 11, 1.º andar, 4520-234 Santa Maria da Feira;

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea *i* do artigo 36.º CIRE)

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 31-03-2011, pelas 09:30 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

16 de Fevereiro de 2011. — O Juiz de Direito, *Dr. Fernando Cardoso.* — O Oficial de Justiça, *Maria José Rodrigues*.

304412348

2.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE ÉVORA

Anúncio n.º 3749/2011

Processo: 299/11.7TBEVR — Insolvência Pessoa Singular (Apresentação)

N/Referência: 1817263

Convocatória de Assembleia de Credores

nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Insolventes: António Fernando Maximino Mendes, BI — 6077791, Endereço: Rua Alexandre Rosado, Lote 40, 2.º B, 7005-287 Évora e Maria de Fátima Gaspar Neves Mendes, BI — 4379572, Endereço: Rua Alexandre Rosado, Lote 40, 2.º B, 7005-287 Évora

Administrador da Insolvência: António Francisco Cocco Seixas Soares, Endereço: Avenida Visconde Barreiros, n.º 77, 5.º, 4470-151 Maia

Ficam notificados todos os interessados de que no processo supra-identificado foi designado o dia 04-05-2011, pelas 09.30 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores, em substituição do dia 12-04-2011.

02-03-2011. — O Juiz de Direito, *Dr.ª Elisabete Gomes Nogueira.* — O Oficial de Justiça, *Maria Manuela A. Caturrinho*.

304430938

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE FAFE

Anúncio n.º 3750/2011

Processo: 485/11.0TBFAF — Insolvência pessoa singular (Apresentação)

Insolvente: Afonso Teixeira Cunha e Maria Arminda Castro Freitas Cunha.
Credor: Cofidis

No Tribunal Judicial de Fafe, 2.º Juízo de Fafe, no dia 09-03-2011, às 17h00 m, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

Afonso Teixeira Cunha, estado civil: Casado (regime: Comunhão de adquiridos), nascido(a) em 05-12-1940 natural de Portugal, concelho

de Fafe, freguesia de Estorãos [Fafe], NIF — 165030267, Endereço: Avenida João Paulo II, N.º 1358,, 4820-492 Medelo — Fafe

Maria Arminda Castro Freitas Cunha, estado civil: Casado (regime: Comunhão de adquiridos), nascido(a) em 01-08-1949, natural de Portugal, concelho de Fafe, freguesia de São Gens [Fafe], NIF — 143926462, Endereço: Avenida João Paulo II, N.º 1358, 4820-492 Medelo — Fafe

com domicílio na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio. Francisco José Areias Duarte, Endereço: Rua Duques de Barcelos, N.º 6, Barcelos, 4750-264 Barcelos

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea *i* do artigo 36.º-CIRE)

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 27-04-2011, pelas 13:30 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

N/Referência: 2260382

10 de Março de 2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Anabela Susana Rodrigues Alves Ribeiro Pinto*. — O Oficial de Justiça, *Rosa Rodrigues*.

304442601

3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE FELGUEIRAS

Anúncio n.º 3751/2011

Insolvência n.º 1085/10.7TBFLG

Convocatória de Assembleia de Credores os autos de Insolvência acima identificados em que são:

Insolvente: Albano & Filho, L.da, NIF — 502211547, Endereço: Lugar de Montezelo, Friande, 4600-000 Felgueiras.

Administrador de Insolvência: Dr. Jorge Ruben Fernandes Rego, Endereço: Rua Álvaro Castelões, 821-S/3.2, 4450-043 Matosinhos.

Ficam notificados todos os interessados, de que no processo supra identificado, foi designado o dia 14-04-2011, pelas 09:30 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores em ordem a deliberar sobre os actos praticados entretanto pelo Administrador de Insolvência e Comissão de Credores, após a assembleia de credores realizada em 26-10-2010, bem como deliberar sobre o destino a dar ao estabelecimento.

Os credores podem fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

1 de Março de 2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Maria da Graça Silva*. — O Escrivão-Adjunto, *Fernando Costa*.

304410744

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DA FIGUEIRA DA FOZ

Anúncio n.º 3752/2011

Processo: 3089/10.0TBFIG — Insolvência pessoa singular (Apresentação)

No Tribunal Judicial da Figueira da Foz, 1.º Juízo de Figueira da Foz, no dia 12-01-2011, pelas 23:00 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência dos devedores: Maria da Graça Bento de Freitas Pimentel, casada e marido Jorge Manuel Araújo Pimentel, ambos residentes na Av.ª 12 de Julho, 37, Gala, S. Pedro, 3090-739 Figueira da Foz.

Administrador da Insolvência: Aníbal Almeida, com domicílio na Rua D. António A. Martins, Ed. Humberto Delgado, 40, 5.º-B, 3500-078 Viseu.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea i do artigo 36.º-CIRE).

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

De que o prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias e que o requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 11-04-2011, pelas 14:30 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE); terminando o prazo em dia que os